

10/09/2013

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 472.210 CEARÁ

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S)	: AGROPECUÁRIA RODEIO LTDA
ADV.(A/S)	: FERNANDO GOUVEIA DA PAZ

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DESAPROPRIAÇÃO. QUESTÃO RELATIVA À INCIDÊNCIA DE JUROS COMPENSATÓRIOS E JUSTA INDENIZAÇÃO. IMÓVEL IMPRODUTIVO. JURISPRUDÊNCIA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 279/STF.

O Supremo Tribunal Federal possui o entendimento no sentido de que os juros compensatórios são devidos, na desapropriação direta e indireta, no percentual de 12% ao ano (Súmula 618/STF e ADI 2.332), mesmo sendo o imóvel improdutivo.

A imissão na posse, mesmo na vigência da Medida Provisória nº 1.577/97, não atrai a sua aplicação, tendo em conta a sua não conversão em lei no trintídio constitucional.

A análise acerca do valor da indenização fixado pelo Tribunal de origem é incabível neste momento processual. Incidência da Súmula 279/STF.

Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Não participou do julgamento,

RE 472210 AGR / CE

justificadamente, o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 10 de setembro de 2013.

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - RELATOR

10/09/2013

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 472.210 CEARÁ

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S)	: AGROPECUÁRIA RODEIO LTDA
ADV.(A/S)	: FERNANDO GOUVEIA DA PAZ

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR)

Trata-se de agravo regimental cujo objeto é decisão monocrática do Ministro Joaquim Barbosa, relator originário do feito, que negou seguimento ao recurso extraordinário, pelos seguintes fundamentos:

“Trata-se de recurso extraordinário (art. 102, III, a, da Constituição) em que se alega violação do disposto nos arts. 5º, XXIV; 176; e 184, caput, da Carta Magna, ao argumento de que o princípio da justa indenização estaria violado em razão do valor arbitrado, da avaliação da cobertura vegetal que foi realizada separadamente do valor da terra nua e da inclusão de juros compensatórios. Argüi-se também ofensa ao arts. 5o. XXXVI e 100, da Constituição federal em razão da inclusão dos juros moratórios no valor da indenização.

Observo que a ponderação acerca de ser justa ou não a indenização, nos moldes como ventilada no recurso extraordinário, demanda reexame de fatos e provas (Súmula 279), implicando também exame da legislação infraconstitucional. Nesse sentido: RE 418.670 (DJ 11.11.2004) e RE 333.480 (DJ 05.03.2004), ambos relatados pelo ministro Sepúlveda Pertence.

Quanto à incidência de juros compensatórios, a decisão recorrida está em consonância com a Súmula 618 desta Corte, que dispõe que, “na desapropriação, direta ou indireta, a taxa

RE 472210 AGR / CE

dos juros compensatórios é de 12% (doze por cento) ao ano”, bem como com orientação firmada pelo Pleno por ocasião do julgamento da ADI 2.332-MC (rel. min. Moreira Alves, DJ 02.04.2004), quando deferiu “em parte o pedido de liminar, para suspender, no ‘caput’ do artigo 15-A do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, introduzido pelo artigo 1º da Medida Provisória nº 2.027-43, de 27 de setembro de 2000, e suas sucessivas reedições, a eficácia da expressão ‘de até seis por cento ao ano’.”

Rejeito também a pretendida modificação na base de cálculo dos juros compensatórios de molde a se permitir que sua incidência se dê sobre a diferença entre a indenização fixada e a totalidade da oferta inicial. A decisão recorrida encontra-se em conformidade com a orientação consolidada da Corte, no sentido de que os juros compensatórios devem incidir sobre a “diferença eventualmente apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença” (ADI 2.332-MC).

Por fim, sobre a incidência de juros moratórios, consigno que está prejudicado o exame dessa parte do pedido do recurso extraordinário. É que a decisão do Superior Tribunal de Justiça que deu provimento ao recurso especial (fls. 671-676) que tinha por finalidade afastar a incidência dos juros moratórios tal como se pretende no apelo extraordinário já transitou em julgado.

Do exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário.”

A parte agravante sustenta que, na hipótese, não tem o recorrido direito aos juros compensatórios, uma vez que não ficou comprovado eventual prejuízo dos expropriados. Alternativamente, pede seja aplicada a taxa de 6% ao ano, fixada pelo art. 15-A do Decreto-Lei nº 3.365/1941, para o cálculo dos juros compensatórios. Alega que esta é norma aplicável ao caso concreto, visto que era a vigente à época da imissão na posse, ocorrida antes da decisão na ADI 2.332/DF, que declarou a inconstitucionalidade da norma (Medida Provisória nº 1.577/1997) que introduziu o art. 15-A ao Decreto-Lei nº 3.365/1941.

RE 472210 AGR / CE

Ademais, a parte agravante alega que a justa indenização firmada pelo texto constitucional não foi respeitada, pois o acórdão recorrido “*não levou em consideração o preço de mercado do imóvel, sua funcionalidade e seu estado de conservação, avaliando, inclusive, a cobertura florística dissociadamente da terra nua*” (fl. 681).

É o relatório.

10/09/2013

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 472.210 CEARÁ

V O T O

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (Relator)

O agravo regimental não pode ser provido, tendo em vista que a decisão proferida pelo Tribunal de origem está alinhada com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que, na desapropriação direta ou indireta, devem incidir os juros compensatórios à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, independentemente de o imóvel expropriado atender à função social da propriedade. Nesse sentido, veja-se a ementa do RE 395.793-AgR, julgado sob a relatoria da Ministra Ellen Gracie:

“DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. PROPRIEDADE IMPRODUTIVA. JUROS COMPENSATÓRIOS. COBERTURA VEGETAL INDENIZADA, EM SEPARADO. PRECEDENTES.

1. A questão relativa ao cabimento dos juros compensatórios em desapropriação já está pacificada por esta Corte, nos termos da Súmula STF 618 e da ADI 2.332-MC/DF, rel. Min. Moreira Alves, Plenário, pub. DJ 02.04.04.

2. A verificação a respeito do valor da cobertura vegetal se incluída ou não no valor avaliado pela terra nua implicaria análise, no caso, de matéria fático-probatória, inviável nesta sede recursal, conforme Súmula STF 279 e precedentes.

3. Agravo regimental improvido.” (negritei)

Quanto o argumento de que a imissão na posse ocorreu em data posterior à Medida Provisória nº 1.577/1997 e anterior ao decidido na ADI 2332/DF, devendo, portanto, incidir os juros compensatórios no

RE 472210 AGR / CE

percentual de 6% ao ano, note-se que não houve debate do tema pela Corte de origem, nem fez parte das razões apresentadas no recurso extraordinário. Cuida-se, portanto, de inovação insuscetível de ser apreciada nesta oportunidade. Vejam-se, nesse mesmo sentido, os AIs 493.214-AgR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; e 714.808-AgR, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia.

Ainda que fosse possível apreciar a matéria, a tese da parte agravante não seria acolhida. O Supremo Tribunal Federal já assentou que, independentemente da imissão na posse ter ocorrido na vigência da Medida Provisória nº 1.577/1997, esta é inaplicável por não ter sido convertida em lei no trintídio constitucional, devendo, portanto, incidir a Súmula 618/STF, visto que já vigente antes da medida provisória questionada. Nesse sentido, veja-se a ementa do RE 419.827-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes:

“Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Desapropriação. Justa indenização. 3. Redução do montante indenizatório. Reexame de fatos e provas. Súmula 279. 4. Juros compensatórios. Pretensão do agravante de que a taxa de juros compensatórios seja alterada para o percentual de 6% ao ano, nos termos da MP 1577/97. 5. Inaplicabilidade da MP 1577/97 e reedições. Medida provisória não convertida em lei no trintídio constitucional. Perda de eficácia. 6. Taxa de juros compensatórios em desapropriações diretas ou indiretas é de 12% (doze por cento) ao ano. Inafastável a Súmula 618 do STF. 7. Agravo regimental a que se nega provimento.”

Em relação ao valor fixado para a indenização do imóvel expropriado, tal como constatou a decisão recorrida, dissentir do entendimento do Tribunal de origem (e estabelecer nova quantia indenizatória) demandaria uma nova apreciação dos fatos e do material probatório constantes dos autos, providência que não tem lugar neste momento processual, de acordo com a Súmula 279/STF. Precedentes: REs 418.670 e 333.480, ambos da relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence.

RE 472210 AGR / CE

Diante do exposto, nego provimento ao agravo regimental.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 472.210

PROCED. : CEARÁ

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO

AGTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

AGDO.(A/S) : AGROPECUÁRIA RODEIO LTDA

ADV.(A/S) : FERNANDO GOUVEIA DA PAZ

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. 1ª Turma, 10.9.2013.

Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Dias Toffoli, Rosa Weber e Roberto Barroso. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Marco Aurélio.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma